

CAPÍTULO 1

BEHAVIORISMO: ASPECTOS FILOSÓFICOS E PSICOLOGICOS

Data de submissão: 08/04/2025

Data de aceite: 01/04/2025

Acríssio Luiz Gonçalves

Psicólogo, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do curso de psicologia Centro Universitário UNA <https://orcid.org/0000-0002-2867-861X>

RESUMO: O texto explora as diferentes concepções do behaviorismo, abordando suas vertentes filosóficas e psicológicas. Inicia com uma análise do behaviorismo filosófico, que busca traduzir conceitos psicológicos em termos de comportamento observável. Discute as propostas de filósofos como Rudolf Carnap e Carl Hempel, que defenderam uma visão físico-filosófica da psicologia. Em seguida, aborda as divergências dentro do behaviorismo psicológico, com foco nas contribuições de John B. Watson e B. F. Skinner. A análise busca compreender as implicações dessas abordagens para a psicologia e a filosofia, especialmente no que se refere à relação entre comportamento e processos mentais internos.

PALAVRAS-CHAVE: behaviorismo; Skinner; Watson; Carnap; Hempel.

BEHAVIORISM: PHILOSOPHICAL AND PSYCHOLOGICAL ASPECTS

ABSTRACT: The text explores the different conceptions of behaviorism, addressing its philosophical and psychological aspects. It begins with an analysis of philosophical behaviorism, which seeks to translate psychological concepts into terms of observable behavior. It discusses the proposals of philosophers such as Rudolf Carnap and Carl Hempel, who defended a physicalist view of psychology. Subsequently, it addresses the divergences within psychological behaviorism, focusing on the contributions of John B. Watson and B. F. Skinner. The analysis aims to understand the implications of these approaches for psychology and philosophy, particularly with regard to the relationship between behavior and internal mental processes.

KEYWORDS: behaviorism; Skinner; Watson; Carnap; Hempel.

INTRODUÇÃO

O behaviorismo pode ser caracterizado, de maneira geral, como uma corrente teórica centrada no estudo do comportamento, em oposição à análise dos processos mentais internos. Contudo, não há um consenso sobre o que exatamente constitui o behaviorismo, e as abordagens distintas sobre o tema revelam diferenças substanciais, tanto na psicologia quanto na filosofia (FØLLESDAL, 1982; O'DONOHUE; KITCHENER, 1999).

Considerando a diversidade de perspectivas, o objetivo deste texto é explorar diferentes concepções do behaviorismo. A análise começará com o behaviorismo filosófico, que defende a tradução dos conceitos psicológicos em termos de comportamento observável. Serão abordadas as propostas de filósofos como Rudolf Carnap e Carl Hempel, que advogaram por uma visão fisicalista da psicologia. Em seguida, o texto discutirá as principais divergências dentro do campo do behaviorismo psicológico, com ênfase nas contribuições de John B. Watson e B. F. Skinner.

É importante destacar que o behaviorismo filosófico foi, em grande parte, influenciado pelo behaviorismo psicológico de John B. Watson, embora essa influência tenha ocorrido indiretamente, no contexto do movimento conhecido como positivismo lógico (GONÇALVES, 2021). No entanto, o behaviorismo filosófico estava mais preocupado com questões semânticas e epistemológicas do que com a psicologia empírica. Por isso, a discussão será iniciada com a análise do behaviorismo filosófico e, posteriormente, será abordado o behaviorismo psicológico.

BEHAVIORISMO FILOSÓFICO E FISICALISMO

No campo da filosofia, o behaviorismo representa uma teoria sobre o significado dos termos e conceitos mentais. De maneira geral, os defensores do behaviorismo filosófico – também denominado *behaviorismo lógico* ou *behaviorismo analítico* – sustentam que qualquer expressão que descreva conteúdos psicológicos pode ser interpretada ou traduzida em termos que se referem diretamente ao comportamento observável (HEMPEL, 1966; MARTIN, 1978; KITCHENER, 1999; GRAHAM, 2019). Exemplos conhecidos do behaviorismo filosófico, com notáveis diferenças, são as formulações de Rudolf Carnap e Carl Hempel.

A concepção de Hempel, por exemplo, sustenta que as hipóteses e teorias psicológicas devem ter implicações observáveis e, por isso, os conceitos psicológicos precisam ser formulados em termos comportamentais (HEMPEL, 1966). Hempel também argumenta que, embora os conceitos psicológicos pareçam se referir a estados mentais, eles funcionam apenas como ferramentas para explicar os aspectos mais difíceis de observar do comportamento, como nossas propensões ou disposições para agir de determinada forma em situações específicas:

Nesta concepção, dizer de uma pessoa que é inteligente é dizer que ela tende a agir ou tem disposição para agir de certo modo característico; a saber, de modo que normalmente qualificariímos como ação inteligente nas mesmas circunstâncias (HEMPEL, 1966, p. 298).

De acordo com essa perspectiva, os enunciados da psicologia podem ser traduzidos em enunciados fisicalistas, ou seja, em proposições que se referem exclusivamente a objetos físicos e suas propriedades. O behaviorismo de Hempel tem suas raízes no movimento conhecido *positivismo lógico*, especialmente no fisicalismo defendido por Rudolf Carnap (GONÇALVES, 2021).

Os positivistas lógicos defenderam o ideal de uma ciência unificada, sustentada sobre a expectativa de formulação dos enunciados de todas as disciplinas científicas em uma linguagem universal e intersubjetiva: o fisicalismo. De acordo com o projeto de Carnap, uma proposição *P* pode ser traduzida em uma proposição *Q* se, e somente se, ambas descrevem o mesmo estado de coisas. Quando aplicada à psicologia, essa ideia implica que qualquer frase contendo conceitos psicológicos deve ser passível de redução a uma frase que, direta ou indiretamente, faça referência a conceitos físicos (CARNAP, 1959[1932-3]).

As traduções fisicalistas seriam viáveis na Psicologia por meio da substituição de conceitos psicológicos por descrições do comportamento observável. Por exemplo, a proposição *P₁*, “O Sr. A está muito ansioso agora”, poderia ser reformulada como uma proposição que se refira apenas aos estados físicos do Sr. A, como *Q₁*: “O Sr. A apresenta pulsação e respiração aceleradas, além de movimentos agitados e respostas factualmente insatisfatórias às perguntas que lhe são feitas”. Dessa forma, a tradução de uma proposição psicológica faria referência tanto à estrutura física do corpo quanto a determinadas propensões para a ação (CARNAP, 1959[1932-3], p. 166).

Para Carnap, o fisicalismo seria a base ontológica da psicologia comportamental, uma vez que “o behaviorismo [...] reduz todos os fenômenos psicológicos ao que pode ser percebido pelos sentidos, isto é, ao físico” (CARNAP, 2005[1928], p. 96). Contudo, Carnap hesita em se identificar como behaviorista, preferindo o termo “fisicalismo”, pois seu interesse está centrado nas implicações epistemológicas do behaviorismo, e não nos métodos ou conclusões sobre o comportamento humano propostos por essa doutrina:

A posição que eu defendo aqui coincide, em suas linhas gerais, com o movimento psicológico chamado “behaviorismo”, desde que prestemos atenção a seus princípios epistemológicos e não a seus métodos especiais ou seus resultados. Não vinculamos nossa exposição a exposições comportamentais porque estamos interessados apenas em fundamentos epistemológicos, enquanto o behaviorismo se interessa principalmente por um determinado método de pesquisa e pela formação de certos conceitos (CARNAP, 1959[1932-3], p. 181).

Assim, embora o behaviorismo seja considerado um recurso metodológico indispensável para a psicologia empírica, na filosofia de Carnap, ele se limita ao uso da linguagem fisicalista.

O BEHAVIORISMO METODOLÓGICO DE JOHN B. WATSON

No contexto da psicologia, o termo “behaviorismo” refere-se a um amplo programa de pesquisa que afirma a possibilidade de explicar o comportamento humano sem referência a estados mentais, redefinindo a Psicologia como uma “ciência do comportamento” (GRAHAM, 2019). Contudo, existem notáveis diferenças entre as diversas concepções behavioristas, mesmo no âmbito da psicologia.

O behaviorismo, enquanto um movimento psicológico, encontra a sua primeira formulação no artigo *Psychology as the behaviorist views it* (1913), de John B. Watson, amplamente conhecido como o “Manifesto Behaviorista”. Nessa obra, Watson apresenta os fundamentos de uma psicologia disposta a superar as limitações da psicologia de sua época, que ainda estava fortemente influenciada pelo método da introspecção.

No contexto de Watson, a palavra “introspecção” era utilizada para demarcar a atitude de acessar e inspecionar os próprios estados mentais, de maneira controlada, na tentativa de descrevê-los. Endossada inicialmente pelos primeiros psicólogos experimentais, como Wilhelm Wundt e Edward Titchener, a introspecção pressupunha a capacidade de “olhar para dentro para ver o que se passa na própria mente” (WATSON, 1924[1919], p. 02), um recurso para identificar os componentes mais simples que compõem os processos mentais conscientes:

Os psicólogos dessa escola um tanto mais antiga são chamados de introspeccionistas. Eles afirmam que o ponto de partida na psicologia é o estudo da própria mente. Você deve, de algum modo, interromper de momento a momento suas atividades diárias comuns e analisar os “estados mentais” que as acompanham em termos de ‘sensações’, ‘imagens’ e ‘tons afetivos’ presentes. Você deve, por exemplo, interromper uma emoção forte durante o seu curso e descrever onde as ‘sensações’ estão localizadas e determinar quais ‘imagens’ estão presentes, e se a experiência como um todo é ‘agradável’ ou ‘dolorosa’ etc. (WATSON, 1924[1919], p. xii).

A introspecção tornou-se amplamente popular, a ponto de William James, frequentemente citado como o pai da psicologia americana, afirmar que o método da “observação introspectiva é o que temos para confiar”, pois, segundo ele, “todos concordam que descobrimos estados de consciência” (JAMES, 1981[1890], p. 185). No entanto, Watson discordava dessa avaliação. Sua principal crítica à introspecção residia na falta de objetividade nos resultados obtidos por meio desse método.

Para que a descrição dos estados mentais fosse realizada de maneira objetiva, os psicólogos treinavam os observadores para perceberem mudanças em seus próprios estados de consciência, e entendiam que esse treinamento conferiria um caráter mais científico ao método da introspecção. No entanto, Watson argumentava que, apesar desse esforço, o método ainda carecia de objetividade, uma vez que psicólogos com diferentes tipos de treinamento obtinham resultados variados ao aplicar a introspecção, o que gerava uma pluralidade de interpretações divergentes sobre os fenômenos mentais e, assim, envolvia a psicologia em questões “caóticas” (WATSON, 1913, p. 163-5). Para Watson, o uso do método introspectivo retardou a consolidação da psicologia como ciência, limitando-a à investigação de questões irrelevantes.

A psicologia iniciada por Wundt, portanto, falhou em se tornar uma ciência e, ainda mais lamentavelmente, falhou em contribuir com qualquer coisa de um tipo cientificamente utilizável para a natureza humana (WATSON, 1924[1919], p. 03).

Em oposição à psicologia introspectiva de sua época, Watson definiu a psicologia como uma ciência experimental, parte das ciências naturais, com o objetivo de prever e controlar o comportamento. Sua perspectiva behaviorista sustentava que a psicologia não deveria ser vista como uma “ciência da mente” – entendida como algo separado do comportamento –, mas como uma ciência cujo foco e método estivessem restritos à análise do comportamento observável publicamente. Assim, Watson defendia que o comportamento humano “pode ser investigado sem apelo à consciência” e, logo, sem o uso do método da introspecção (WATSON, 1913, p. 176).

Segundo essa perspectiva, a referência aos estados de consciência seria irrelevante para a psicologia, pois esses estados não são intersubjetivamente observáveis e, portanto, não se constituem em objetos adequados para o estudo empírico. Os estados mentais, como pensamentos, crenças e sentimentos, não poderiam ser objetos de estudo da ciência natural, uma vez que não existiam métodos científicos confiáveis para identificá-los, observá-los ou mensurá-los de maneira adequada. Em outras palavras, faltavam métodos que permitissem uma descrição operacional da mente e de sua influência no comportamento humano e animal (WATSON, 1913, p. 176).

Essa perspectiva de Watson é constantemente interpretada como “uma antecipação do positivismo lógico” (SKINNER, 1993[1974], p. 18; SKINNER, 1991[1989], p. 178), afinal, assim como algumas versões do positivismo lógico, o behaviorismo metodológico rechaçava os eventos privados devido à impossibilidade de estabelecer um acordo público sobre tais eventos.

Os positivistas criticavam a especulação metafísica de sua época, que gerava uma pluralidade de interpretações filosóficas sobre a realidade, mas sem estabelecer critérios claros para a avaliação e correção dessas interpretações. Da mesma forma, Watson expressava sua insatisfação com a diversidade de escolas psicológicas, que apresentavam visões frequentemente divergentes sobre a mente humana. Nesse contexto, o critério de correção proposto por Watson era a conformidade e adequação da teoria ao comportamento publicamente observável.

O BEHAVIORISMO RADICAL DE B. F. SKINNER

Skinner também definiu a psicologia como uma “ciência do comportamento” (SKINNER, 1963, p. 951) e, assim como Watson, se propôs a “estudar o comportamento de um organismo absolutamente sem qualquer referência à vida mental” – entendida como um fator causal do comportamento – e sem recorrer ao uso do método da introspecção.

Segundo Skinner, as dificuldades associadas ao uso da introspecção envolvem dois aspectos principais: 1) a impossibilidade de estudar o comportamento de outras espécies por meio desse método; e 2) a falta de objetividade, uma vez que, a partir da introspecção, observadores distintos chegavam a conclusões diferentes sobre os próprios conteúdos mentais (SKINNER, 1993[1974]):

Pelo menos por três mil anos, os filósofos, a quem se juntaram recentemente os psicólogos, têm procurado dentro de si mesmos as causas de seus comportamentos. Por razões que estão se tornando claras, eles nunca concordaram sobre o que encontraram (SKINNER, 1991[1989], p. 24).

Embora tenha concordado com a crítica de Watson à introspecção, Skinner considerou insatisfatória a posição deste em reconhecer a existência de sentimentos e estados mentais e, ao mesmo tempo, ignorar completamente o estudo do mundo subjetivo (SKINNER, 1993[1974]; SKINNER, 2006[1989]). Para Skinner, a distinção que Watson fez entre eventos públicos (passíveis de observação intersubjetiva) e eventos privados (não observáveis intersubjetivamente) foi interpretada como uma equivalência entre o mundo físico e o mundo mental, respectivamente. Com essa equivalência, Watson limitou a psicologia à investigação dos fenômenos comportamentais publicamente observáveis, excluindo o estudo dos aspectos subjetivos da vida humana:

Uma solução, frequentemente considerada comportamental, é garantir a distinção entre eventos públicos e privados e descartar os últimos da consideração científica. Esta é uma solução satisfatória para aqueles para quem a verdade científica é questão de convenção ou concordância entre observadores. É essencialmente a linha adotada pelo positivismo lógico (SKINNER, 1980[1969], p. 342).

No entanto, como behaviorista radical, Skinner argumentou que a pesquisa psicológica deveria se concentrar no estudo da história ambiental – e genética – dos indivíduos, interpretando o mundo mental – ou seja, os dados observados por introspecção – como um produto colateral dessas histórias (SKINNER, 1993[1974], p. 19). Assim, ao contrário de Watson, Skinner não nega a existência de eventos mentais, como pensamentos, aspirações ou desejos, mas rejeita a ideia de que esses eventos têm um papel causal.

Assim, ao contrário do behaviorismo metodológico de John B. Watson, o behaviorismo defendido por B. F. Skinner sustenta que “uma ciência adequada do comportamento deve considerar os eventos que ocorrem sob a pele do organismo”, permitindo o estudo integral dos processos mentais (SKINNER, 1980[1969], p. 343). No entanto, para Skinner, os eventos mentais não devem ser vistos como instâncias mediadoras do comportamento, mas como comportamento em si, sendo explicados também pela ação de variáveis ambientais. Por essa razão, ele classifica sua abordagem como *behaviorismo radical*.

Nessa perspectiva, o *modelo de seleção pelas consequências* desponta como o princípio central do behaviorismo skinneriano, pois estabelece que os organismos são sensíveis às consequências de seus comportamentos (SKINNER, 1981). Skinner desenvolveu esse modelo a partir de seus experimentos na câmara de condicionamento operante, um dispositivo que se tornaria conhecido como a *Caixa de Skinner*: “uma caixa simples, originalmente projetada para conter o rato, equipada com uma alavanca, um dispositivo que liberava uma bolinha de comida quando o rato pressionava a alavanca, e nada mais” (BORING, 1950, p. 650).

Os estudos realizados com esse equipamento demonstraram que o comportamento de um organismo pode ser seguido por uma consequência; quando isso ocorre, a consequência pode aumentar ou diminuir a probabilidade de o comportamento se repetir no futuro, em um contexto semelhante ao original. Dessa forma, no modelo de seleção pelas consequências, a análise das interações entre o organismo e seu ambiente deve especificar três elementos essenciais: (1) a ocasião em que o comportamento ocorreu; (2) o próprio comportamento; e (3) as consequências geradas por esse comportamento (SKINNER, 1980[1969], p. 180).

Com isso, Skinner exclui os termos mediadores de seu modelo explicativo, não porque os estados internos (mentais) descritos por esses termos não existam, mas porque esses mediadores são irrelevantes para uma análise funcional do comportamento (SKINNER, 2003[1953], p. 35). Ou seja, eles são desnecessários para a formulação de leis funcionais que relacionem o comportamento às variáveis ambientais antecedentes e consequentes. Afinal, os próprios termos mediadores carecem de explicação – uma explicação que só pode ser alcançada quando esses termos também forem analisados de maneira funcional:

Quando atribuímos comportamento a um evento neural ou mental, real ou conceitual, provavelmente nos esquecemos de que ainda temos a tarefa de explicar o evento neural ou mental. Quando afirmarmos que um animal age de uma dada maneira porque espera receber alimento, então o que começou como a tarefa de explicar o comportamento aprendido torna-se a tarefa de explicar a expectativa (SKINNER, 1999[1945], p. 79).

Portanto, a principal inovação do modelo skinneriano reside no fato de que o comportamento passa a ser explicado exclusivamente por meio das relações organismo-ambiente, sem recorrer a variáveis intermediárias, como a mente (SKINNER, 1999[1945]; CARRARA, 2016). Como resume o próprio Skinner, os resultados provenientes da Análise Experimental do Comportamento – uma ciência pautada pelos pressupostos antimentalistas do behaviorismo radical – sugerem de maneira contundente que “o ambiente assume as funções anteriormente atribuídas a sentimentos e estados internos, introspectivamente observados” (SKINNER, 1993[1974], p. 210).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das diferentes abordagens behavioristas revela a complexidade e as implicações dessa corrente tanto para a filosofia quanto para a psicologia. O behaviorismo filosófico, representado por figuras como Carnap e Hempel, propõe a tradução dos conceitos psicológicos para termos comportamentais e fisicalistas. Por outro lado, o behaviorismo psicológico, defendido por Watson e Skinner, desafia as concepções tradicionais sobre a mente.

Além disso, as diferenças dentro do próprio campo do behaviorismo, especialmente entre Watson e Skinner, revelam abordagens contrastantes. Enquanto Watson limitava a psicologia ao estudo do comportamento observável, Skinner reconhecia a existência de eventos mentais, mas os interpretava como produtos das influências genéticas e ambientais, e não como causas diretas do comportamento.

A reflexão sobre essas abordagens proporciona uma compreensão mais aprofundada das implicações para a psicologia e a filosofia, especialmente no que se refere ao entendimento acerca da mente humana. Para os behavioristas, na verdade, a mente não é uma entidade distinta do corpo, mas um conjunto de comportamentos que podem ser analisados e explicados pelas interações funcionais entre o organismo e seu ambiente.

REFERÊNCIAS

- BORING, Edwin G. **A History of Experimental Psychology**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1950.
- CARNAP, Rudolf. Psychology in Physical Language (p. 165-198). In AYER, Alfred Jules (ed.). **Logical Positivism**. Glencoe, Ill., Free Press, 1959. (Original publicado em 1932-3).
- CARNAP, Rudolf. **The logical structure of the world**: and, Pseudoproblems in philosophy. Translated by Rolf A. George. California: University of California Press, 2005. (Original publicado em 1928).
- CARRARA, Kester. O essencial em B. F. Skinner (1904-1990) (p. 19-32). In ZILIO, Diego; CARRACA, Kester (Orgs.). **Behaviorismos**: reflexões históricas e conceituais, volume 1. São Paulo: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, 2016.
- FØLLESDAL, Dagfinn. Intentionality and Behaviorism. **Studies in Logic and the Foundations of Mathematics**, v. 104, p. 553-569, 1982. doi:10.1016/s0049-237x(09)70219-8.
- GONÇALVES, Acríssio Luiz. O empirismo naturalista de Quine e a indeterminação da tradução. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- GRAHAM, George. Behaviorism. In: Edward N. ZALTA (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/behaviorism/>.
- HEMPEL, Carl. **Philosophy of natural science**. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1966.

JAMES, William. **The Principles of Psychology**. Cambridge: Harvard University Press, 1981. (Original publicado em 1890).

KITCHENER, Richard F. Logical Behaviorism (p. 399-418). In O'DONOHUE, William T.; KITCHENER, Richard F. (Orgs.). **The Handbook of Behaviorism**. San Diego, Academic Press: 1999.

MARTIN, Michael. Interpreting Skinner. **Behaviorism**, v. 6, n. 2, pp. 129-138, 1978.

O'DONOHUE, William; KITCHENER, Richard F. Introduction: the Behaviorisms (pp. 1-13). In O'DONOHUE, William T.; KITCHENER, Richard F. (Orgs.). **The Handbook of Behaviorism**. San Diego, Academic Press: 1999.

SKINNER, Burrhus Frederic. Behaviorism at fifty. **Science**, v. 140, n. 3570, p. 951-958, 1963.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1993. (Original publicado em 1974).

SKINNER, Burrhus Frederic. **Contingências do reforço**: Uma análise teórica. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Original publicado em 1969).

SKINNER, Burrhus Frederic. Selection by consequences. **Science**, v. 213, p. 501-504, 1981.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas: Papirus, 1991. (Original publicado em 1989).

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original publicado em 1953).

SKINNER, Burrhus Frederic. Are Theories of Learning Necessary? (p. 78-108). In SKINNER, B. F. **Cumulative Record**: Definitive Edition. East Norwalk: Appleton-Century-Crofts, 1999. (Original publicado em 1945).

WATSON, John Broadus. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, v. 20, n. 2, p. 158-177, 1913. <https://doi.org/10.1037/h0074428>.

WATSON, John Broadus. **Psychology**: From the standpoint of a behaviorist. Philadelphia and London: J. B. Lippincott Company, 1924. (Original publicado em 1919).